
Pesquisa Participante em territórios rurais: histórias femininas de luta, roça e mariscagem

Participant Research in rural territories: female stories of struggle, farming and shellfish farming

Francinalda Maria Rodrigues da Rocha * 

Mariana Machitte de Freitas * 

Diogo Marques Tafuri ** 

Resumo

Os estudos e trabalhos do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão foram paradigmáticos para o campo da Educação Popular, na medida em que propiciaram as bases teóricas, epistemológicas e metodológicas para a crítica da ciência positivista e para valorização dos saberes populares e tradicionais. Elaborando uma concepção de cultura como saber e sentido, Brandão reconhece os seres humanos como sendo seres essencialmente do aprendizado, defendendo uma educação popular crítica, dialógica e contra hegemônica. Assim, à luz da teoria de educação como cultura de Brandão e da pesquisa participante, discutiremos experiências femininas de construção das culturas e saberes populares, imbrincados que estão aos processos de resistência e permanência nos territórios rurais de camponesas e marisqueiras, nos estados de São Paulo e do Piauí. Argumentamos que persistência em luta está intrinsecamente ligada às experiências de educação popular das mulheres do campo e das águas discutidas neste artigo, visto que o embate pela permanência nos territórios, fundamentada pelo manejo ecológico da natureza e pela valorização dos saberes das populações tradicionais, se traduz como resistência individual, familiar e coletiva dentro das realidades sociais apresentadas.

Palavras-chave: Educação Popular; cultura camponesa; povos e comunidades tradicionais; Pesquisa Participante.

Abstract

The studies and works of anthropologist Carlos Rodrigues Brandão were paradigmatic for the Popular Education field, as they provided the theoretical, epistemological and methodological bases for criticizing positivist science and valuing popular and traditional knowledge. Elaborating a culture conception as knowledge and meaning, Brandão recognizes human beings as essentially beings of learning, defending a critical, dialogical

* Universidade Federal de São Carlos, Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural, São Carlos, SP, Brasil.
São Carlos, SP, Brasil. E-mails: francinalda.rochal@gmail.com; mari.machitte@gmail.com

** Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos, SP, Brasil.
E-mail: diogo.tafuri@ufscar.br

and counter-hegemonic popular education. Thus, in the light of Brandão's (and the participant research) theory of education as culture, we will discuss female experiences of building cultures and popular knowledge, intertwined with the processes of resistance and permanence in the rural territories of peasant women and female shellfish gatherers, in the states of São Paulo and Piauí. We argue that persistence in struggle is intrinsically linked to the popular education experiences of women from the countryside and from the waters discussed in this article, since the struggle for permanence in the territories, based on the ecological management of nature and the knowledge valorization of traditional populations, translates into as individual, family and collective resistance within the social realities presented.

Keywords: Popular Education; peasant culture; traditional peoples and communities; Participant Research.

Introdução

A construção de uma pesquisa científica depende, fundamentalmente, da disposição da pesquisadora ou do pesquisador em percorrer certo caminho epistemológico e metodológico que permita a ela/e a compreensão de alguns elementos da realidade mundana problematizados por suas questões de estudo. Esta disposição, carregada da intencionalidade primordial que impele à ação investigativa, é condicionada tanto pela maneira com que tal realidade se manifesta dinâmica e estruturalmente aos sujeitos em tempos e espaços distintos, quanto pelas diferentes formas com que eles compreendem e significam a realidade objetiva, agindo perante ela. Neste sentido, dentre as amplas possibilidades colocadas à frente do/a pesquisador/a dentro de seu horizonte científico, este/a sempre vai definir suas estratégias de ação a partir de uma dada visão e projeto de mundo ou, dito de outra maneira, fundamentado por certo posicionamento político-ideológico forjado no seio de sua própria cultura.

É isto que faz Pierre Bourdieu (1994) denunciar a farsa da neutralidade como princípio para a produção de conhecimento e de sua utilização enquanto critério de validade dos saberes elaborados no interior do campo científico, ao mesmo tempo em que permite a Enrique Dussel (2001a; 2001b) estabelecer os critérios de demarcação que diferenciaria a realização de uma ciência social funcional, situada em um nível de conhecimento superficial e contido dentro do paradigma científico hegemônico, e a constituição de uma ciência social crítica, abalizada pela opção ética de realização, por

parte dos/as pesquisadores/as, de uma práxis militante, crítica e intersubjetiva junto a grupos oprimidos, a qual propiciaria a observação da negatividade da realidade social totalizante e a compreensão dos fenômenos geradores de relações de dominação entre os seres humanos, tendo em vista sua superação.

Destarte, em comum acordo com este posicionamento sociológico, epistemológico e metodológico em relação ao *modus operandi* da realização da pesquisa científica, as autoras e autor deste trabalho têm buscado trilhar e contribuir com o caminho já inaugurado pela pesquisa participante (Brandão, 1985; 1987), modelo de investigação social que se apresenta como crítico e alternativo aos métodos positivistas de pesquisa em ciências humanas. Expressamos, por meio de tal opção, nosso compromisso político com grupos sociais e populações historicamente marginalizadas por meio do desenvolvimento do sistema econômico capitalista, processo social que vem promovendo a exploração, a dominação e a marginalização de tais grupos e cuja forma se atualiza permanentemente (Martins, 1989).

No caso das pesquisadoras e pesquisador supracitadas/o, tal comprometimento político vem se dando ao longo de mais de uma década de trabalho enquanto educadoras/es populares junto aos assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais brasileiras. Neste estudo específico, temos por objetivo apresentar e discutir, à luz da teoria de educação de Carlos Rodrigues Brandão, as experiências femininas de construção das culturas e saberes populares, imbrincados que estão aos processos de resistência e permanência nos territórios rurais, das agricultoras do Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos, localizado no município de São Carlos/SP, e também das mulheres marisqueiras da Ilha Grande, no estado do Piauí.

Considerando a temática apresentada, temos que Brandão é um autor fundamental para tratarmos de uma possível síntese interpretativa comum a ambas as experiências discutidas, pautada pelas relações inexoráveis existentes entre educação e cultura. Isto porque o autor é responsável por evidenciar, na fronteira entre a antropologia e a educação popular, a dimensão simbólica da cultura humana, entendida num primeiro plano "(...) como um complexo de relações de significado capazes de conduzir tanto a lógica do pensar quanto as regras e os códigos de diferentes modalidades de participação na vida social" (Brandão, 2002, p. 111). Elaborando a concepção de cultura como saber e sentido, Brandão reconhece os seres humanos como sendo seres essencialmente do aprendizado,

ou seja, da educação, qualidade que possibilitaria aos indivíduos de nossa espécie fundar sua própria condição humana no decorrer da vida cotidiana.

Ademais, Brandão (2009) defendia uma educação em que as pessoas, conjuntamente, pudessem promover a compreensão do mundo em que vivem de forma crítica, compartilhando os saberes e construindo em conjunto sua libertação. Neste sentido, para o autor, a Educação Popular ainda possui papel “como resistência e oposição ao *status quo*” (Brandão, 2009, p. 09). Confluyente a tal a concepção, assumimos a pesquisa participante enquanto contraponto crítico de metodologia científica, pois partilhamos do entendimento de que a relação estabelecida entre diferentes sujeitos no bojo da construção de um conhecimento criterioso advém do encontro de subjetividades e do exercício de intersubjetividade, devendo implicar necessariamente a busca pela construção e consolidação de relações dialógico-comunicativas (Freire, 2006).

Pesquisa participante e a tradição latino-americana de luta política popular

A pesquisa participante surgiu no contexto de América Latina durante as décadas de 1960 e 80, a partir de uma série de experiências empreendidas por pesquisadores e militantes políticos no interior de processos e ações de transformação social emergentes, postos em marcha por grupos populares e movimentos sociais urbanos e rurais. Por se tratarem de experiências de pesquisa e intervenção notoriamente diversas e plurais¹, tais práticas “(...) se originam e reelaboram diferentes fundamentos teóricos e diversos estilos de construção de modelos de conhecimento social através da pesquisa científica”, não havendo, portanto, “(...) um modelo único ou uma metodologia científica própria a todas as abordagens da pesquisa participante” (Brandão; Borges, 2007, p. 53).

No decorrer da década de 1980, as duas coletâneas de textos organizadas por Carlos Rodrigues Brandão (1985; 1987) cumpriram o papel pioneiro de reunir e sistematizar uma parte das experiências de pesquisa participante empreendidas na América Latina e na Europa, permitindo a emergência de um debate teórico-metodológico mais consistente. Destarte, alguns pontos fundamentais de convergência foram estabelecidos entre as diferentes práticas de pesquisa participante. De um modo

¹ Além de “pesquisa participante”, outros termos foram cunhados para se referir à tais práticas de pesquisa: “pesquisa ação”, “pesquisa participativa”, “auto diagnóstico”, “investigação ação participativa” (Brandão; Borges, 2007, p. 53).

geral, segundo Brandão e Borges (2007, p. 53), as experiências de pesquisa participante são compreendidas como “(...) um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa”.

Possuem, para os autores citados, os seguintes princípios comuns: a) Estabelecem compromisso político-ideológico com as causas dos grupos oprimidos e movimentos sociais e, portanto, com a participação em ações populares que apontem à transformação social; neste sentido, a pesquisa é tomada inexoravelmente enquanto práxis, em sua unidade dialética entre teoria e prática; b) Tem seu ponto de origem na relação que estabelece com uma perspectiva situada da realidade social e histórica, ou seja, ela necessariamente deve tomar como base de seu trabalho as experiências de vida cotidianas de seus participantes, sem deixar de relacioná-las com a totalidade da vida social e de situá-las historicamente; c) Problematizam as relações estabelecidas entre sujeitos e objetos de pesquisa, buscando transformá-las gradualmente em relações entre sujeitos por meio da promoção, de diferentes formas e níveis, da participação popular no processo de investigação. Isto implica o reconhecimento necessário, por parte dos pesquisadores acadêmicos, do saber popular enquanto forma igualmente legítima de construção do conhecimento.

Procedendo de modo a negar por completo a possibilidade de separação entre sujeito e objeto de pesquisa, a pesquisa participante vem contribuindo criticamente com questões relacionadas à dimensão ética e política das pesquisas de campo, pois reconhece que em qualquer interação mediadora entre sujeitos “(...) há um campo complicado de conflitos e resistência, que se expressa através da educação. Que se expressa também através de símbolos, de estruturas de relação, de situações práticas e de processos que têm a ver com a reprodução do saber” (Brandão, 1984, p. 174). Deste modo, ainda ancorados em Brandão (1987):

Durante anos aprendemos que boa parte de uma metodologia adequada serve para proteger o sujeito de si próprio, de sua própria pessoa, ou seja, de sua subjetividade. Que entre quem pesquisa e quem é pesquisado não exista senão uma proximidade policiada entre o método (o sujeito dissolvido em ciência) e o objeto (o outro sujeito dissolvido em dado). (...) Mais tarde, tempos coletivos de militância que, em sucessivos momentos, tornaram humanos e próximos os “objetos de pesquisa”, trouxeram experiências e crenças que, acredito, temos compartilhado com variações, vários e diferentes cientistas sociais. Uma delas: só se conhece em profundidade alguma coisa da vida da sociedade ou da cultura,

quando através do envolvimento – em alguns casos do comprometimento – pessoal entre o pesquisador e aquilo, ou aquele, que ele investiga. Outra: não é propriamente um método objetivo de trabalho científico que determina a priori a qualidade da relação entre os polos da pesquisa, mas, ao contrário, com frequência é a intenção premeditada, ou a evidência realizada de uma relação pessoal e/ou política estabelecida, ou a estabelecer, que sugere as escolhas dos modos concretos de realização do trabalho de pensar e pesquisar. Uma última: em boa medida, a lógica, a técnica e a estratégia de uma pesquisa de campo dependem tanto de pressupostos teóricos quanto da maneira como o pesquisador se coloca na pesquisa e através dela e, a partir daí, constitui simbolicamente o outro que investiga (Brandão, 1987, p. 07-08).

Se a relação ética e política intencionada pelo/a pesquisador/a junto à grupos ou indivíduos oprimidos representa um dos elementos metodológicos fundamentais das pesquisas participantes, constituindo-se como característica comum às experiências latino americanas realizadas neste campo de atuação, a forma e o nível de participação dos sujeitos de pesquisa no decorrer de seu processo de edificação são tratados de modo deveras diverso na literatura específica ao tema. Em relação a tal problemática, Brandão (1983) substantiva a ideia de participação da seguinte forma:

Quero insistir aqui que a questão fundamental não é a da participação de setores populares em atividades de produção científica de conhecimento social. É a da determinação de como aqueles que podem produzir cientificamente tal conhecimento colocam o seu trabalho participando de projetos de efetivo interesse político das classes populares, para que a participação não seja um ardid, mas um serviço. Desde que o horizonte do pesquisador/educador seja o do poder das classes populares e, conseqüentemente, o da realização de transformações estruturais a partir do trabalho político de tais classes, é necessário reconhecer que conjunturas e momentos diferentes definem estratégias diversas de prática de produção social do conhecimento junto às classes populares (Brandão, 1983, p.69).

Destarte, ao colocar-se explicitamente a serviço de projetos populares emancipatórios de transformação social, a pesquisa participante reconhece e expressa de modo contundente as disputas de poder engendradas no seio da estrutura social e científica, fundamentando por meio do reconhecimento da negatividade da totalidade social o ponto de partida de suas práticas e discursos. Ao fazê-lo, nega que seja possível concebermos a ciência moderna como algo abstrato, em que o “conhecimento em si” fosse sua única finalidade. Além disso, ela se propõe a responder questões que a nosso ver são fundamentais a qualquer pesquisador que se destina a investigar a realidade social: “Qual é o tipo de conhecimento que queremos e precisamos? A que se destina o conhecimento científico e quem dele se beneficia?” (Haguette, 2010, p. 156).

Educação como cultura nos territórios rurais: construção de lutas e resistências

As autoras e autor deste artigo compreendem a educação humana enquanto fenômeno ontológico, pois reconhecemos na abrangência e permanência dos processos educativos vivenciados por toda gente em práticas sociais e culturais espaço-temporalmente situadas, e em seu papel para conformação de formas individuais e coletivas de ser, agir, pensar, significar, transformar e transformar-se ao mundo, uma condição existencial comum e inerente a todos e a cada um dos seres humanos. Portanto, a noção de educação que estrutura este trabalho, mediação fundamental da existência humana, baseia-se no pressuposto da existência reciprocamente constitutiva entre seres humanos e mundo objetivo, unidade existencial fundante que se realiza por meio da tensão entre o reconhecimento humano subjetivo da objetividade histórica e as suas possibilidades, também históricas, de objetivação da existência intersubjetiva (Tafuri, 2019).

Assim, considerando a historicidade da existência de homens e mulheres como condição inata à própria natureza humana, é no seio do estudo do processo de elaboração do mundo cultural, entendido como totalidade que abarca as relações complexas de constituição mútua entre o processo social de produção material e o processo social de produção simbólica, que pretendemos compreender as práticas empreendidas pelos sujeitos de nossa pesquisa enquanto fenômeno essencialmente educativo. Brandão (2002, p. 128) busca construir uma abordagem antropológica da educação e da cultura, ao colocar em evidência a "(...) dimensão do significado que realiza a unidade entre a ação e a representação como sentido e codificação de sentidos da vida social". Desta forma, de acordo do autor:

(...) tudo o que se passa no âmbito daquilo a que nos acostumamos a dar o nome de educação, acontece também dentro de um âmbito mais abrangente de processos sociais de interações chamado cultura (...). A educação é, também, uma dimensão ao mesmo tempo comum e especial de tessitura de processos e produtos, de poderes e de sentido, de regras e de alternativas de transgressão de regras, de formação de pessoas como sujeitos de ação e de identidade e de crises de identificados, de invenção, de reiteração de palavras, valores, ideias e de imaginários com que nos ensinamos e aprendemos a sermos quem somos e a sabermos viver com a maior e mais autêntica liberdade pessoal possível os gestos de reciprocidade social que a vida social nos obriga (Brandão, 2002, p. 25).

Na relação permanente que homens e mulheres estabelecem com seu mundo cultural, na manifestação mesma desta práxis histórica, ambos vão permanentemente se constituindo, num movimento ininterrupto em que tanto a ação humana é capaz de

transformar a realidade social, quanto também os seres humanos são condicionados pelos efeitos de suas próprias ações no mundo, desde o passado constitutivo do presente, mas também do presente que projeta o futuro. Além disso, este movimento em direção a um devenir da realidade, que parte da condição existencial humana desde um aqui e um agora, de um corpo-aqui e um mundo-aqui, se configura como uma sucessão ininterrupta de horizontes que continuamente vão se atualizando e, portanto, objetificando de forma dinâmica as condicionalidades estruturais dispostas aos indivíduos.

Historicamente, a acumulação do capital se impôs enquanto síntese social no Brasil e na América Latina, a ponto de Héctor Alimonda (2011, p.21) afirmar que “(...) el trauma catastrófico de la conquista y la integración en posición subordinada, colonial, en el sistema internacional, como reverso necesario y oculto de la modernidad, es la marca de origen de lo latino-americano”. Para o autor, a dominação colonial europeia do continente latino-americano alterou profundamente os equilíbrios até então existentes nas relações estabelecidas entre os povos originários e seu meio natural, tomado em sua realidade biofísica (diversidade de ecossistemas) e configuração territorial (dinâmica sociocultural de interação e significação humana do ecossistema). Desde então, a natureza latino-americana transformou-se em território subalternizado, incorporado ao espaço hegemônico de produção e reprodução capitalista, enquanto extensão de terras aptas para produção de valores de troca em benefício do regime de acumulação vigente (Alimonda, 2011).

Objetivamente, a questão agrária brasileira tem se manifestado pelo avanço violento de latifúndios, empresas do agronegócio e da mineração sobre os territórios dos povos do campo, das águas e das florestas, o que por sua vez tem ensejado a ocorrência aguda de conflitos fundiários por terra nas diversas regiões do país. Tais conflitos são caracterizados, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), enquanto “(...) ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção” (CPT, 2017, p. 13). Em 2022, de acordo com os dados do relatório “Conflitos no Campo – Brasil”, organizado anualmente pela CPT, foram registradas 1.572 ocorrências de conflitos por terra no país, o que representou um aumento de 16,7% em relação ao ano anterior. O tipo de violência mais grave ocorrido foi a invasão de territórios, que afetou 95.578 famílias em todo o país (CPT, 2022).

Diante de tal contexto, a Educação Popular vem sendo construída enquanto proposta decolonial de problematização e ruptura das esferas de reprodução dos ciclos de concentração da terra, renda, prestígio social e poder, como também de desnaturalização das opressões instituídas contra os povos do campo, da floresta e das águas, na medida em que propõe uma práxis humanizadora de resistência e rompimento com a lógica hegemônica do capital. Para Brandão e Assumpção (2009), o encontro intersubjetivo possibilitado por meio da convivência e da partilha horizontal de saberes e vivências dos grupos historicamente marginalizados, em suas práticas de resistência, promove também a construção de novos conhecimentos que dinamizam a práxis transformadora da realidade opressora, impregnada pela colonialidade material e simbólica que interdita e cerceia a liberdade e autonomia dos povos. Ainda para os autores, a intenção primordial da Educação Popular:

(...) se realiza em todas as situações em que, a partir da reflexão sobre a prática de movimentos sociais e movimentos populares, as pessoas trocam experiências, recebem informações, criticam ações e situações, aprendem e se instrumentalizam. A educação popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência do poder compartilhado. (...) A educação popular é, hoje, a possibilidade da prática regida pela diferença, desde que a sua razão tenha uma mesma direção: o fortalecimento do poder popular, através da construção de um saber de classe (Brandão; Assumpção, 2009, p. 35-37).

A problematização das condições históricas que condicionam a manifestação das situações reais, concretas, existenciais dos seres humanos, realizada de forma intersubjetiva, constitui-se como elemento fundamental para a realização de projetos populares de existência que possam expressar seus modos individuais e plurais de ser. Assim, considerando o conjunto das práticas de resistência popular experienciadas pelos povos do campo, das águas e das florestas ao longo da vida, em contextos espaço-temporais situados, percebemos que elas remetem ao processo de constituição (criação e recriação) de identidades, valores, atitudes e na produção/reprodução de relações de significados próprias do mundo da cultura. Neste sentido, compreendemos que as ações humanas transformam não somente a este mundo, mas aos próprios seres humanos e também as instituições nas quais se fazem presentes, a partir da reflexão que realizam em relação à realidade social em que se presentificam, confrontando o domínio da existência humana a partir da dialética entre condicionamento e liberdade. Como nada pode determinar inextricavelmente a vida de homens e mulheres e seus respectivos projetos

existenciais, a educação não pode deixar de se constituir como processo permanente, envolvendo intersubjetividade e interconhecimento.

“Roça é tudo pra mim”: as mulheres camponesas da Comunidade Agrária Nova São Carlos/SP

Nesta seção, discutiremos experiências de vida camponesa advindas das práticas de trabalho e manejo da terra realizadas por agricultoras do Assentamento “Comunidade Agrária Nova São Carlos”, localizado no município de São Carlos/SP. Para tanto, no âmbito do processo de pesquisa participante realizado no assentamento, foram realizadas conversas reflexivas com seis mulheres assentadas (Freitas, 2020). Em suas trajetórias de vida, a terra, a “roça”, é, em geral, seu local de origem. Seus relatos indicam que a maior parte delas partiu com seus familiares, na infância ou adolescência, para a área urbana em busca de melhores condições de vida, muitas vezes mudando-se de cidade ou de estado. Moraram em bairros de periferia, trabalharam em empregos precários e algumas mantiveram, neste período, atividades como trabalhadoras rurais. Após alguns anos, já adultas, ingressaram no movimento de luta pela terra.

O Projeto de Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos foi constituído em agosto de 2009, possuindo 84 famílias assentadas, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). De acordo com Ferreira (2014), o terreno onde se localiza o assentamento, denominado Horto Florestal de São Carlos, era inicialmente propriedade da antiga empresa Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), onde havia arrendamentos para plantação de eucalipto. A área está próxima ao Distrito Industrial e aos bairros periféricos da zona sul de São Carlos, sendo dividida pela estrada Municipal Domingos Innocentini, caracterizando-se como um assentamento periurbano (Bernardino, 2013).

Depois do período de luta pela terra e de homologação e fixação das famílias nos lotes de trabalho, as famílias camponesas do Assentamento Nova São Carlos tiveram novos desafios, haja visto que o INCRA perfurou cinco poços artesianos no local, sem, no entanto, instalar a rede de distribuição de água para as unidades de produção. Alguns assentados/as conseguiram fazer o seu próprio poço particular, mas ampla maioria ainda depende do recebimento de água, mensal ou quinzenal, realizado por meio de caminhão-pipa ou pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos. A questão da água tem

dificultado a realização das atividades agrícolas em seus lotes, fazendo com que muitos assentados busquem alternativas precárias de trabalho temporário, no meio rural ou urbano.

Segundo o relato dados pelas mulheres camponesas entrevistadas, cada família possui um arranjo específico da divisão do trabalho e divisão sexual do trabalho no lote. De modo geral, os homens ficam responsáveis pela obtenção da renda proveniente de trabalhos temporários realizados fora do assentamento, seja por empreitada ou pagamento de diária, sendo as mulheres responsáveis por grande parte dos trabalhos de dentro do lote, seja este produtivo ou reprodutivo e para o autoconsumo. Segundo Hirata e Kergoat, a divisão sexual do trabalho possui dois princípios: da separação, em que se distinguem as tarefas desempenhadas por homens e mulheres; e o princípio hierárquico, em que o trabalho do homem possui maior valor do que da mulher (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

Assim, o trabalho doméstico é geralmente desempenhado por mulheres e possui menor valor como tarefa. As mulheres em área rural trabalham muito mais horas que os homens, seja buscando água, cortando lenha, ou cuidando dos familiares. No entanto, esse trabalho feminino ainda é invisível e desvalorizado. Durante as entrevistas, as seis mulheres relataram que o trabalho doméstico e de cuidado dos filhos é feito exclusivamente por elas. Pela descrição realizada, as mulheres são as primeiras do lote a se levantarem e as últimas a irem dormir.

Em relação à divisão das tarefas no manejo da terra, tanto para fins comerciais como para autoconsumo, ela depende dos diferentes tipos de arranjos e acordos estabelecidos por cada família. Geralmente, são atividades realizadas tanto pelos homens quanto pelas mulheres, a despeito dos maridos dedicarem-se a tais tarefas quando não estão trabalhando para fora, sendo que este tempo de dedicação depende da frequência com que realizam o trabalho externo. Siliprandi (2011) afirma que as mulheres camponesas trabalham junto com seus maridos nas roças voltadas para comercialização, sendo também responsáveis pelos “quintais”, visto como uma extensão da casa e do trabalho doméstico.

O trabalho destes quintais geralmente é invisibilizado, não sendo considerado nem contabilizado pelas famílias como trabalho. Entretanto, são nestes quintais onde geralmente são produzidos os alimentos que possibilitam a estruturação de um sistema de autoconsumo das famílias, voltados para a produção de alimentos e itens básicos utilizados pelas próprias agricultoras e agricultores em seu cotidiano. Tais locais de

manejo evitam aplicar produtos agroquímicos sintéticos, cultivando uma grande diversidade de culturas agrícolas. Tal prática corresponde a um modo de construir as relações socioeconômicas com a natureza, de ser e viver na terra, pautados pela cultura camponesa, fazendo emergir a importância do papel da mulher tanto na produção para o autoconsumo nos quintais agroecológicos, como na preservação do meio ambiente, das sementes e saberes ancestrais (Alves et al, 2018).

Além de desempenhar um papel importante no combate à fome na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional das populações viventes nas áreas rurais, a produção para o autoconsumo também funciona como poupança nos momentos de maior necessidade e de excedente. Todas as seis mulheres relataram utilizar esta estratégia quando há escassez de dinheiro. Porém, quando nem esta alternativa é viável, disseram ficar sem atender determinadas necessidades, até o surgimento de alguma nova fonte de receita financeira: “Tem que ficar sem! Aí tem de ir levando, até entrar um dinheiro” (**Agricultora assentada**).

Durante os anos de vivência enquanto agricultoras assentadas, todas as mulheres relataram que já passaram por dificuldades no manejo com a terra, o que indica que o solo da área em que foi implantado o assentamento rural passou por um esgotamento de sua fertilidade por conta da realização anterior de sistema de plantio em monocultura de eucalipto, do uso intensivo do solo e de agrotóxicos. Com a terra exaurida, há que se promover um longo processo de recuperação biológica do solo. Dentro de tal contexto, considerando ainda a questão da falta d’água para irrigação, as agricultoras buscaram investir da fruticultura agroecológica, baseada num modelo de agricultura sustentável. A agroecologia se tornou bandeira de luta dentro dos movimentos de camponeses e ambientalistas, com o intuito de fortalecer a produção de alimentos sem veneno baseados na agricultura familiar, seguindo princípios éticos antirracistas e feministas.

A interseccionalidade do ser mulher, em condição de pobreza, na maioria dos casos negra ou parda, assentada e moradora da zona rural, traz uma série de questões complexas para suas vidas, resultado das diversas opressões que sofrem e sofreram ao longo de suas trajetórias de luta. Para algumas delas, primeiramente, ser mulher está associado a ser mãe e às responsabilidades que incorrem ou são impostas na maternidade. Ser mulher é ter responsabilidade por “dar educação” aos filhos e filhas, acompanhá-los na escola, corrigi-los. Para outras, ser mulher refere-se à necessidade de dar conta de todas

as tarefas diárias, demonstrando de forma clara que para elas existe uma sobrecarga de funções cotidianas a serem executadas.

Ao serem questionadas sobre o que acham de viver na terra, as mulheres entrevistadas realizaram um contraponto com a vida que levavam na cidade em período progressivo, visto que todas elas passaram pela experiência de morar em bairros urbanos da região, lembrando como na cidade as coisas eram mais difíceis:

Ah, é o que eu gosto. Sempre fui da roça, né? Então isso aqui é tudo. Porque eu na cidade, quando eu morava na cidade, tomava um monte de remédio, era depressiva, pressão altíssima, direto. Hoje não, levanto cedo, vou trabalhar, estou trabalhando o dia inteiro, eu não penso em nada, chega a tarde, tranquilidade. E é uma coisa que eu gosto. **Roça é tudo pra mim!** (Agricultora assentada).

As mulheres roceiras da Comunidade Agrária Nova São Carlos indicam, com suas experiências, que o campo é um bom lugar para se viver e criar os filhos, e que elas próprias desejam continuar na terra conquistada, pois a mulher que mora na roça é uma mulher feliz. Condição que, diante das dificuldades vivenciadas, demandou e ainda exige boa dose de coragem e força, para lutar e resistir.

“Que venham os nossos direitos”: as mulheres marisqueiras da Ilha Grande/PI

Historicamente, as catadoras de marisco de Ilha Grande/PI produzem e reproduzem sua existência nos territórios das águas. A partir de tal premissa, discutiremos a seguir algumas experiências de luta e resistência das marisqueiras organizadas na Associação dos Catadores de Marisco de Ilha Grande. Metodologicamente, ancoramos nossas compreensões a partir do exercício da pesquisa participante e da sistematização de experiência (Jara-Holliday, 2006), realizadas no bojo de nosso trabalho enquanto educadora popular junto ao grupo mencionado (Rocha, 2010).

As catadoras de marisco também são denominadas marisqueiras. Recebem este nome por realizarem a cata do marisco, molusco bivalve que apresenta conchas e pode ser encontrado no ambiente aquático ou terrestre. As marisqueiras de Ilha Grande/PI realizam as suas coletas no período em que a maré está secando, nos rios Tatus e Parnaíba. O território que as marisqueiras habitam e defendem está inserido no Delta do Parnaíba e pertence a duas áreas protegidas de Uso Sustentável: a Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba e a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Delta do Parnaíba. Depreende-se disso que as marisqueiras pertencem a um ambiente com uma

rica biodiversidade de fauna e flora, com recursos abióticos de grande interesse comercial para empreendimentos imobiliários, de turismo e do agronegócio, gerando uma tensão entre a existência deste modo de vida tradicional e a proposta de “desenvolvimento” advinda do modelo econômico hegemônico.

As marisqueiras, no uso dos bens naturais por meio de seu trabalho, não vivem sobre a lógica da posse, mas sim do acesso. Partem de um olhar funcionalista (uso da natureza para fins de subsistência e geração de renda) em direção à afirmação de uma relação subjetiva, em que dão significados e sentidos à sua própria existência. Tais mulheres constroem suas vidas a partir da convivência, do compartilhamento do território e de seus recursos com suas famílias e com a comunidade local; constroem, desta forma, relações de trabalho, amizade e comunidade. Esta prática é cotidianamente afirmada durante a rotina de trabalho das mulheres que, ao saírem para mariscar, unem-se em uma pausa para comerem juntas, o momento da “sapecá”. Neste cenário, a água do rio transmuta-se em mesa de refeição, tempo de compartilhar os alimentos e o viver em uma práxis existencial.

Fundamentalmente, o ecossistema onde vivem as catadoras de mariscos é essencial para a manutenção do modo de existir dos chamados Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), reconhecidos como grupos de pessoas detentores de culturas diferenciadas, que moram e utilizam os territórios e os recursos naturais para sua sobrevivência, compartilhando tradicionalmente suas práticas (Brasil, 2007). Para as marisqueiras, a utilização de seu território de origem implica no acesso ao extrativismo da flora e da fauna na região das marés, das trilhas e das dunas, o qual possibilita uma condição básica para seu modo de vida. Por isso, para elas, proteger esse território significa defender as possibilidades de sobrevivência de suas famílias, bem como possibilitar a partilha de conhecimentos ancestrais aos filhos e filhas.

O direito ao território pela comunidade tradicional, no caso das marisqueiras, é garantido pelo decreto nº 6.040, na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que estabelece formalmente a “garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições” (Brasil, 2007). Entretanto, a despeito de tal dispositivo legal, os conflitos no território se estabelecem pela relação ameaçadora entre apropriação privada de terras e a realização do extrativismo comunitário local, forjado principalmente pela cata de frutícetos e

mariscos, que contribuem com a sobrevivência, comercialização e dinâmica social/cultural vivenciada pelos povos tradicionais ali instituídos. Deste modo, atualmente, ao realizarem a coleta de frutos da época, como caju, murici, jatobá e guagiru, as marisqueiras precisam adentrar espaços demarcados por proprietários privados invasores das áreas de preservação legalmente reconhecidas.

Neste contexto de busca por fortalecimento político e superação da condição de invisibilidade e silenciamento da luta empreendida, foi criada em agosto de 2009 a Associação dos Catadores de Marisco de Ilha Grande, com intuito de agregar e organizar as mulheres catadoras de marisco, bem como os catadores, que, individualmente, vivem da cata de molusco, fazendo parte das pescadoras e pescadores artesanais do estado do Piauí. Os problemas e dificuldades vivenciados pelas marisqueiras impulsionaram a intenção de se organizarem a fim de construir melhores condições econômicas e profissionais, buscando colocar sua atividade produtiva no cenário da pesca artesanal regional e brasileira.

Desde a origem da associação, as marisqueiras vêm enfrentando o poder opressor advindo de sua vulnerabilidade financeira, a qual é acentuada por conta da realização da venda de seus produtos por parte de atravessadores comerciais. Tais intermediários se colocam no interior da cadeia de produção entre as marisqueiras e o comprador final, adquirindo o produto por baixos preços. Esta prática é justificada pela grande quantidade de oferta de marisco, mas também pela falta de local adequado para armazenamento dos produtos por parte das marisqueiras.

Dado que a catação de marisco é a principal fonte de renda local, no contexto de crise social e sanitária gerada pela pandemia de Covid-19, as mulheres marisqueiras passaram por dificuldades econômicas que impactaram diretamente na segurança alimentar e na qualidade de vida de suas famílias. Assim, no âmbito do trabalho comunitário realizado pela associação, foi preciso encontrar alternativas para geração de renda, mas também para realização de melhorias na comunicação social entre as associadas a fim de viabilizar a realização de diálogos coletivos e formações na área psicológica, gênero, saúde, geração de renda e políticas públicas.

O derramamento de petróleo cru ocorrido em 2019 no litoral norte brasileiro, o qual afetou o equilíbrio ecológico das praias, rios e mangues da APA Delta, já havia trazido consequências sociais, econômicas e ambientais graves para a comunidade marisqueira, pois a poluição das águas gerada pelo petróleo comprometeu diretamente o

beneficiamento e a venda dos frutos do mar, assim como trouxe igualmente problemas para a saúde da população local (Félix-Silva *et al.*, 2021).

Em tal contexto, com a intenção de promover o bem estar e buscar novas perspectivas econômicas para a comunidade marisqueira, a associação de Ilha Grande obteve êxito em acessar o ‘Fundo Casa’, momento a partir do qual foram fomentadas ações para implantação de quintais produtivos, conhecidos pela diversidade de espécies, cores e sabores, tendo como base a produção agroecológica de hortaliças, plantas medicinais e frutíferas. As atividades iniciaram pelo cuidado com o solo, adubação orgânica, produção e troca de mudas e sementes.

As oficinas e visitas técnicas tiveram início em 2020, com a elaboração de um diagnóstico dos quintais produtivos das marisqueiras. Logo após, concretizou-se a formação de um novo grupo de mulheres, com 17 famílias participantes, as quais se dispuseram a plantar as hortaliças orgânicas: alface, rúcula, salsinha, coentro, cebolinha, couve, três variedades de pimentinhas, cenoura, duas variedades de pimentão, berinjela, pepino, abobrinha, mamão, melancia, tomate e tomate cereja. A escolha por trabalhar com a implementação dos quintais produtivos foi uma maneira de resistir à crise econômica vivenciada durante a pandemia, justificada por se tratar de uma estratégia concomitante de geração de renda e de garantia da segurança e soberania alimentar das famílias. Nesta época de crise, durante o recebimento de cestas de alimentos doadas para as marisqueiras e arrecadadas por meio de campanhas assistenciais, a presidente da associação proferiu a seguinte fala ao restante do grupo comunitário:

Não queremos cesta de alimentos. Queremos é a possibilidade de realizar o nosso trabalho. Ter a posse das nossas terras. Chega do governo não olhar pela gente. Só promessa. Precisamos vender o nosso marisco. **Que venham os nossos direitos! (Marisqueira).**

O protesto enfático da presidente da associação de marisqueiras pela afirmação de seus direitos deixa claro seu desejo pela autonomia em poder produzir, alimentar-se e vender o excedente proporcionado pela mariscagem. Para as marisqueiras, a compreensão do seu trabalho passa peremptoriamente pela defesa e pelo acesso ao seu território. Significa cuidar da manutenção da fonte de renda para a subsistência material, mas também manter dinâmico os fluxos históricos de repasse dos saberes ancestrais, os quais consistem na afirmação de um modo de vida que ainda consegue escapar e resistir pelas fissuras, ainda abertas, no interior da hegemonia capitalista.

Considerações finais

A resistência e persistência em luta são processos intrínsecos às experiências de educação popular das mulheres do campo e das águas discutidas neste artigo, visto que a luta pela permanência nos territórios, fundamentada pelo manejo ecológico da natureza e pela valorização dos saberes de populações tradicionais, se traduz como resistência individual, familiar e coletiva dentro das realidades sociais apresentadas. A resistência é a expressão de um “esperançar” traduzido como verbo, como ação.

Apesar de todas as dificuldades apontadas, as mulheres camponesas e marisqueiras permanecem como guardiãs de seus territórios, da produção e reprodução da vida, na medida das possibilidades objetivas dispostas. A prática cotidiana da luta pela reprodução da vida, em ambas as experiências, nos revelou a tensão entre o esperançar e a desesperança, carregada com todas as frustrações, negações e desumanizações sofridas neste caminhar. Tensão existente entre resiliência e resignação. Luta em direção à libertação, à humanização, à superação das situações-limite em forma de resistência e persistência.

No sentido apontado, em seus escritos sobre a cultura rebelde, Carlos Rodrigues Brandão defendia que:

A conscientização da totalidade implica um processo dialético de aproximação da realidade, leitura de mundo para desvelar sua organização e as contradições que lhe são inerentes. A decodificação e problematização da realidade em sua diversidade requerem uma cisão e uma reorganização dos saberes e práticas em uma nova interação, o que configura a transformação da realidade, uma das transformações possíveis pela educação popular, ontem e agora (Brandão; Assumpção, 2009, p. 100).

Enquanto práticas contra hegemônicas ensejadas frente à colonialidade do poder vigente, as experiências de camponesas e marisqueiras nos trazem reflexões sobre o papel das mulheres em seus diferentes modos de fazer e de saber, na luta que estabelecem pela sobrevivência e emancipação social. As lições aprendidas revelam que as mulheres cuidam, resistem e lutam pelo equilíbrio ecológico dos territórios, reinventando-se também a si mesmas, a cada nova situação vivida.

Referências

ALIMONDA, H. La Colonialidad de la naturaleza. Uma aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. *In*: ALIMONDA, H. **La naturaleza colonizada**. ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: Clacso – Ciccus, 2011. p.21-60.

ALVES, L.M. ALVARENGA, C; CARDOSO, E. CASTRO, N de; SAORI, S.; TELES, L. **Caderneta agroecológica e os quintais**: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil. Minas Gerais, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2018.

BERNARDINO, N.F. **Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos**: Levantamento florístico e ambiental para análise do potencial para a meliponicultura. Monografia de Graduação, Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP), 2013.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo, Ed. Ática, 1994, p.122-155.

BRANDÃO, C. R. **O ardil da ordem**: caminhos e armadilhas da educação popular. Campinas: Papyrus, 1983.

_____. **Saber e ensinar**: três estudos de educação popular. Ruth Joffily Dias (Trad.). Campinas: Papyrus, 1984.

_____. **Pesquisa participante**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

_____. Aprender a saber com e entre os outros In: ASSUMPCÃO, R. (org). **Educação Popular na perspectiva Freiriana**. Editora Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2009.

BRANDÃO, C. R.; ASSUMPCÃO, R. **Cultura Rebelde**: escritos sobre educação popular ontem e agora. Editora Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2009.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Casa Civil. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 18 jul. 2023.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo** - Brasil 2017. CPT Nacional, Brasil, 2017.

_____. **Conflitos no Campo** - Brasil 2022. CPT Nacional, Brasil, 2023.

DUSSEL, E. El programa científico de investigación de Karl Marx (Ciencia funcional y crítica). In: _____. **Hacia una filosofía política crítica**, Bilbao, Ed. Desclée de Brouwer, 2001a, p.279-301.

_____. Sobre el concepto de 'ética' y de ciencia 'crítica'. In: _____. **Hacia uma filosofia política crítica**, Bilbao, Ed. Desclée de Brouwer, 2001b, p.303-318.

FÉLIX-SILVA, A. V.; GOMES, C. B. S.; OLIVEIRA, M. M. S. de; MASULLO, A. S. da C.; ROCHA F. M. R. Comunidades tradicionais pesqueiras do Delta do Parnaíba. In: FARIAS, T. M.; OLEKSZECHEN, N.; BRITO, M. A. de M. **Relações pessoa-ambiente na América Latina** [livro eletrônico]: perspectivas críticas, territorialidades e resistências / organização. Florianópolis, SC: ABRAPSO Editora, 2021.

FERREIRA, T. L. **Arquiteturas vernáculas e processos contemporâneos de produção**: Formação, experimentação, e construção em um assentamento rural. Tese de doutorado – IAU/USP São Carlos, Brasil e AE&CC, ENSAG, Grenoble, França; 2014.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13 ed. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 2006.

FREITAS, M. M. **Gestão da renda familiar de mulheres assentadas**: processos educativos e suas tensões. Tese de Doutorado, UFSCAR, São Carlos, SP, 2020.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p. 595-609, set/dez. 2007.
DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>

JARA-HOLLIDAY. O. **Para sistematizar experiências**. 2. Edição. Brasília: MMA, 2006.

MARTINS, J. de S. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

ROCHA, F. M. R. **Percepção ambiental local como um desafio ao desenvolvimento sustentável do turismo no município de Ilha Grande - PI**. 2010. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Piauí (UFPI) - Teresina: 2010.

SILIPRANDI, E. **Mulheres Agricultoras no Brasil**: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. *Pensamiento iberoamericano*, v. 9, p. 169-184, 2011.

TAFURI, D. M. **Deus e o Diabo na terra da cerca**: a educação como expressão da luta pela terra no Assentamento Santa Helena. 2019. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) São Carlos, SP, 2019.

Recebido em 10/11/2023.

Aceito para publicação em 16/02/2024.